

O impacto do uso generalizado das TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação) no conceito de Ensaio analítico-crítico (II)

Armando Malheiro da Silva

Faculdade de Letras da Universidade do Porto – CETAC.MEDIA
malheiro@letras.up.pt

3. “Objeto digital” em vez de documento?

Como diria o sociólogo francês Jean Lojkine, a “revolução informacional” ou o informacionalismo (capitalismo baseado não no capital, mas na informação) está a confrontar as pessoas com inúmeras alterações, de grandeza ou de escala muito diversa (LOJKINE, 1999). As práticas quotidianas alteram-se diante da presença da microinformática e não surpreende, por isso, que os profissionais cedam, por exemplo, à tentação de renomear o que usam e faz parte integrante do seu “ofício”. É o que, por exemplo, está a suceder com os profissionais da informação, nomeadamente os arquivistas, aparentemente rendidos a uma terminologia funcional, criada e imposta clara e naturalmente pelos informáticos, para os quais, adiante-se já, “objeto” tem o sentido de *“qualquer coisa que pode ser selecionada e manipulada isoladamente. Isto pode incluir, virtualmente, qualquer figura ou imagem, seja ou não representativa de um ficheiro, aplicação ou diretório, etc. Em programação orientada por objectos, descreve uma estrutura de dados definida de acordo com um template (modelo) preestabelecido”* (MATOS, 2009: 261).

A entrada nos cartórios, tribunais, departamentos administrativos e financeiros, de instâncias do Poder Executivo central e regional, ou local, dos computadores com seus processadores de texto, bases de dados e *browsers* para acesso e navegação pela *internet* perturbou imediatamente a prática de escrita, há muito feita com máquinas de escrever, ainda concebidas para registar “a mensagem” no papel. A autenticação e validação oficial,

ou seja, ditada pelos representantes legítimos do Poder, deixou de ser externa ao documento através do vetusto selo clássico e medieval, ou através da assinatura aposta no documento original, mas efetuada, também, com recurso a um instrumento de validação, também ele digital.

O senso comum intervém, inevitavelmente, no meio de tão forte e fascinante mudança tecnológica e, conseqüentemente, segue as indicações palpáveis que os sentidos naturais lhe dão: uma folha de papel e um computador portátil são tão diferentes e compará-los seria tão abusivo quanto querer pôr em paralelo uma folha de papel e um automóvel... Em nível de senso comum, talvez faça mais sentido, e é habitual fazer-se, alinhar um automóvel atual na mesma lista de inovações tecnológicas com portatéis, telemóveis, *smartphones*, iPod's, iPad's, etc. Um dos motivos mais evidentes decorre da aparência e da impressão que esses artefatos provocam em quem os vê. Um caderno de capa preta, pequenas dimensões, com folhas em branco, lisas ou pautadas, é facilmente identificado como um documento potencial, ou seja, serve para ser escrito e conter desenhos, números ou canções (letra e música), convertendo-se, se nele alguém escrever, desenhar, fizer contas, etc, em documento pleno. E, se observarmos, um computador portátil, ou um *netbook*, seremos capazes de achar que estamos perante um documento efetivo, ou potencial? Vamos ter de o abrir, tratando-o como um aparelho, para ver como funciona e, estando operacional, percebemos que serve para buscar, ler e escrever ou registar informação... Parece, então, que encontramos o documento, tão avidamente buscado, dentro do computador!...

Se confiarmos no que nos é dito pelos “inventores” dessa “máquina informática”, deparamos o “objeto digital”¹, sobre o qual Maria Manuela Pinto nos dá uma caracterização bastante exhaustiva, apoiando-se em definições de outros autores e de organismos internacionais:

¹ Um informático teve a lucidez de chamar a atenção para certos descuidos e riscos de confusão da linguagem informática: “Por exemplo, um dos estilos de programação é a programação “orientada a objectos”. Ora, um objecto é um conceito de compreensão fácil, cada objecto no mundo real tem um conjunto de propriedades e objectos diferentes têm propriedades diferentes, podendo ser agrupados em “classes” diferentes, conforme as suas propriedades. Mas na programação “orientada aos objectos”, cada objecto pode possuir, além das suas propriedades, um conjunto limitado de “métodos” (ou “comportamentos”) que podem ser activados, por exemplo, para imprimir esse objecto. Isto é, o objecto tem associado a si todos os seus possíveis “comportamentos”, o que não tem nada a ver com os objectos “normais”” (FERREIRA, 2006: 19-20).

Na verdade, quando falamos de “*objecto digital*” estamos efetivamente a reportar-nos a uma unidade de informação – unidade de sentido (estruturada ou não) – que possa ser representada por uma sequência de dígitos binários, isto é, cuja produção, armazenamento e uso envolve necessariamente a codificação de código humano para código binário (e vice-versa), o que a torna dependente do sistema tecnológico intermediário a partir da qual o processo de codificação/descodificação se opera. Todavia, estes objectos são complexos, podendo assumir formas muito estruturadas ou combinando diferentes *media* (ex.: bases de dados e sítios *web*), incluir m si vários objectos ou constituir apenas um, mantendo, portanto, diversos tipos de cardinalidade (1-1 e 1-*). Mesmo enquanto unidade de informação logicamente delimitada (um texto), o objecto digital não deixa de ser distribuído dado que não contém em si próprio todos os elementos necessários à sua apresentação ao utilizador, como é o caso de um simples documento produzido no MSWord cujas fontes pertencem ao sistema operativo (componentes externas ao documento) o que requer a presença deste último para não ocorrer a “desconfiguração” do texto originalmente elaborado e ao qual se pretende aceder.

Além disso, e contrariamente ao que sucedia com suportes como o papel, o objecto digital é independente e não solidário do suporte em que é registado/armazenado não se mantendo a inalterabilidade da relação entre conteúdo, estrutura e suporte, o que dá origem ao estabelecimento de múltiplas relações que “destroem” a milenar unidade de informação com o suporte que a materializava, como é o caso de um objecto digital gravado num suporte óptico e no qual, aparentemente, a relação estabelecida seria de um para um (1-1, isto é um objecto digital para um suporte), contudo, o objecto, representado por dígitos binários será repartido pelos segmentos do disco óptico segundo processos aleatórios, relacionados com a optimização de espaço. Isto significa que os vários elementos que o constituem serão dispersos fisicamente pelo suporte, sendo de facto a relação existente entre os dois de muitos para um (*-1). Ou ainda, um objecto multimédia que agrega diversos objectos em diversos formatos encontrando-se cada um destes armazenado em directórios diferentes

espalhados por vários pontos de uma rede (que pode ser à escala global), sendo o objecto digital agregador composto de forma virtual no momento da apresentação ao utilizador. Neste caso, as relações entre o objecto digital e o respectivo suporte estabelecem-se igualmente numa relação de tipo um para muitos (1-*).

Acresce que, estes objectos podem ser estáticos ou dinâmicos e, aqui, não podemos esquecer, ainda, o facto de que ao considerá-los dinâmicos, em termos de actualização constante de conteúdo, também o são quando nos estamos a reportar à existência de capacidades automodificáveis ou interfaces de apresentação que virtual e temporariamente (re)constroem o documento (PINTO, 2009: 128).

Um pouco mais adiante, a Autora socorre-se das achegas do DLM Fórum para frisar que os objetos digitais são constituídos pelo *conteúdo* (“*está presente num ou em mais documentos electrónicos e/ou tradicionais que veiculam a mensagem do documento*”), o *contexto* (de produção, que abarca os âmbitos jurídico, orgânico relativo a unidades orgânicas produtoras, funcional relativo à função ou processo em que o documento é produzido, o tecnológico ou a plataforma tecnológica em que se produz o documento e o informacional, ou seja, a teia de relações informacionais subjacentes/decorrentes das atividades exercidas durante um processo organizacional ou funcional), a *estrutura* (os documentos são armazenados de forma a possibilitar a compreensão pelos potenciais e futuros utilizadores, o que implica ter elementos meta-informacionais) e a *apresentação* (depende da combinação dos conteúdos dos documentos, da sua estrutura e, no caso dos documentos eletrônicos, do *software* utilizado para a expor/apresentar) (PINTO, 2009: 129).

Depurando mais a conceituação do DLM Fórum, Kenneth Thibodeau lançou, em 2002, a “multi-layered nature of digital objects” traduzida em três níveis: “objeto físico” – signos inscritos num meio (médium); “objeto lógico” – unidades de processamento; e “objeto conceitual” – aquilo com que lidamos no mundo real (PINTO, 2009: 129). Uma esquematização que inspirou Manuela Pinto a propor, para uso em CI, as seguintes dimensões do objeto digital: a dimensão física que corresponde às inscrições físicas num suporte; a lógica que consiste no código binário; a “conceptual”, isto é, a representação

mental humana; e a dimensão essencial, que seria a meta-informação indissociável que decorre e agrega as anteriores (PINTO, 2009: 130).

Empenhada em apresentar o quadro de referência e os fundamentos teórico-práticos da preservação na era digital, a Autora esforçou-se por conciliar várias perspectivas, mesclando conceitos, e, daí que tenha associado o “objeto digital” dos informáticos a noções como a de mentefato (“*produto da consciência, da mente, da razão e da inteligência humana (...) sinónimo de informação*” – SILVA, 2006: 154) e a de artefato (“*todo o produto tridimensional concebido e manufacturado pelo ser humano antes e depois da revolução industrial*” – SILVA, 2006: 138). Compreende-se o esforço, mas forçoso é reconhecer que resultou algo sincrético, encerrando contradições e equívocos.

E, para começar, vale a pena trazer à colação duas expressões que, em princípio, se equivalem: “documento eletrónico” e “objeto digital”. Parecem equivaler-se, mas se detalharmos um pouco mais, descobrimos que o termo objeto tem uma denotação muito mais vaga que o de documento, bem mais preciso, porquanto remete, em nível de sentido, para o “veículo” que “transporta” conteúdo para alguém. Se formos ver ao dicionário e tomarmos a aceção mais elementar e genérica de objeto, que “*é coisa material que pode ser percebida pelos sentidos*”, enquanto o termo documento aparece dicionarizado como “*qualquer escrito usado para esclarecer determinada coisa; qualquer objecto de valor documental (fotografias, peças, papéis, filmes, construções, etc.) que elucide, instrua, prove ou comprove, cientificamente, algum facto, acontecimento, dito, etc.*” (HOUAISS; VILLAR, 2002), entre muitas outras variações semânticas.

Basta este breve apontamento comparativo, para mostrar que até se entende que os informáticos tenham criado e se mantenham apegados ao uso de “objeto digital”, quer para significar apenas a justaposição de informação natural no “aparato lógico”, gravada, por exemplo, em um suporte ótico (considerado à parte ou exógeno), quer para abranger todas as dimensões, ou seja, a física, a lógica, a conceitual e a essencial. E ambas “leituras” constam do extracto acima e elas servem para operar no espaço restrito do laboratório em que esse artefato tecnológico é concebido, produzido e testado. Não pode é sair dessa esfera especializada de uso. Em CI, essa expressão informática além de redutora é perniciososa, porque equívoca, omitindo a presença na “coisa material” de informação humana e social. Daí que a expressão alternativa “documento eletrónico”, mesmo que raie a redundância, mantenha óbvia acuidade e valor denotativo, sendo utilizável em CI...

O termo documento não é, pois, descartável e para tanto não é preciso recorrer à “razão cultural”, tão presente na obra de Jeanneret e no argumentário das CIC francesas. A “função inscristiva” de um qualquer conteúdo numa qualquer base material é inerente à noção de documento e mantém-se ativa e real, apesar dessa “base material” ser hoje de uma complexidade e variedade tecnológica espantosas. Para quem estude e trabalhe com informação humana e social, os meandros algorítmicos, programáticos, electrotécnicos, etc., que “o novo suporte” encerra, não podem ser desconhecidos, mas são, apesar de tudo, secundários, porque o seu foco central incide, sobretudo, no ciclo info-comunicacional, desde a produção do fluxo ao comportamento de busca e uso, passando pela organização e representação (mediação humana e tecnológica) da informação.

Um computador, seja “de mesa”, seja portátil, e sem que precise buscar outros aparelhos funcionalmente equivalentes, não deixa de ser, numa primeira e genérica aproximação, um artefato derivado de mentefato. E, indo um pouco mais além, não precisa ser decomposto nem nos três níveis de Kenneth Thibodeau, nem nas quatro dimensões “ajeitadas” por Manuela Pinto. No âmbito da CI, basta percebê-lo através desta explicação: uma unidade ou totalidade que, aparentemente, não se separa ou fragmenta, mas que pode ser efetivamente dividida em duas partes distintas (tão distintas quanto numa folha de papel o é a mancha impressa de caracteres, destinada a ser vista e lida, da composição química e molecular que consubstancia uma “coisa material” – o papel - passível de ser manuseada, amarfanhada e até destruída). Uma “parte” é a **informação humana e social** explícita no ecrã e gravada/inscrista no disco, na memória; e a outra é a **plataforma (tecnológica, digital²)**.

² Quando uma palavra se torna banal o perigo de usura, do seu sentido mais adequado ser deturpado e gasto é enorme. Com a palavra digital, bem como com muitas outras, esse risco é um fato e por isso vale a pena atender neste extrato da introdução de um recente livro com as cinquenta idéias acerca do digital que convém conhecer: *“What do we mean by ‘digital’? In one sense, mean something whose ultimate existence is a string of ones and zeros. A digital object, unlike the analogue stuff of the world or even of early computing, is a binary pattern. Out of this simple fact have come some of the most transforming cultural forces of the second half of the 20th century and, now, the first half of the 21st. For perhaps the most remarkable property of digital objects – whether their ones and zeros encode words, music, images, applications, web browsers, or databases containing much of the store of human knowledge – is their compatibility with each other”* (CHATFIELD, 2011).

Tal como o adjetivo digital indica, a plataforma é uma base tecnológica concebida e usada humana e socialmente para que se produza, armazene, recupere, dissemine, comunique e transforme o fluxo informacional. A plataforma digital não se esgota, pois, num mero registo tecnológico, embora seja sinónimo ou equivalente ao sentido que se dá a um sistema informático, mas vai mais além porque ganha sua plena inteligibilidade dentro de Sistema de Informação. Tomada nesta dimensão ampla, mas restrita e inequívoca ao mesmo tempo, a plataforma digital substitui, com vantagem, o emprego das expressões comuns *tic* ou *ntic*, usadas neste ensaio para declarar, aqui chegado, a sua vantajosa substituição, dentro do campo dos conceitos operatórios da CCI, por plataforma digital, passando esta a absorver, naturalmente, o conceito de sistema tecnológico e o de infraestrutura tecnológica³. Proponho que se entenda a plataforma digital como o “espaço de inscrição e de transmissão” da informação humana e social, visível no ecrã do computador, e gravada/inscrita no respetivo disco e memória, de forma a que possa ser comunicada. Trata-se de um “espaço” tecnológico que, na essência, continua a ser constituído pelo *software* (informação codificada para ser lida pelo dispositivo) e pelo *hardware* (dispositivo ou aparelho), no qual convergem diversas tecnologias e serviços com o fim de torná-lo um instrumento de mediação info-comunicacional.

³ No Dicionário de Informática e novas tecnologias, 3ª edição aumentada, aparece o verbete plataforma com uma sucinta definição: “Uma arquitectura, *hardware* ou *software* que pode ser definido como o ponto de partida – ou ligação – para outros elementos. Um sistema operativo, um PC ou um Mac encaixam-se nessa categoria” (MATOS, 2009: 283). Na mesma fonte informática vemos que dispositivo ou *device* é um “Componente, vulgarmente de hardware, responsável pela execução de uma determinada tarefa. Conforme o contexto em que é aplicado, o dispositivo pode ser um rato ou teclado (como dispositivos de input), ou um monitor ou impressora (como dispositivos de output), ou virtualmente qualquer outro elemento físico electrónico” (MATOS, 2009: 119). Sobre o termo dispositivo, vale a pena sinalizar, aqui, o emprego que o filósofo italiano Giorgio Agambem lhe deu, a partir de Michel Foucault, e que se situa nas antípodas da significação estritamente informática: em *Qu’est-ce qu’un dispositif?* (2007) sublinha que “(...) 1) *il s’agit d’un ensemble hétérogène qui inclut virtuellement chaque chose, qu’elle soit discursive ou non: discours, institutions, édifices, lois, mesures de police, propositions philosophiques. Le dispositif pris en lui-même est Le réseau qui s’établit entre ces elements; 2) Le dispositif a toujours une fonction stratégique concrète et s’inscrit toujours dans une relation de pouvoir; 3) comme tel, Il resulte du croisement des relations de pouvoir et de savoir*” (AGAMBEM, 2007: 10-11). A posição, que adoto neste ensaio, nada tem a ver com a proposta de Agambem e é bem mais prosaica, colando-se à aceção dos informáticos: dispositivo é o suporte físico, ou aparelho, ou a base do artefato mecânico, electrónico ou digital.

Seja eletrônica/digital, seja em papel, a base em que a inscrição da informação é feita, sabido que esta “função inscristiva” é essencial para que haja documento e ela é associável a outra, ou seja, a “função transmissora” (para Escarpit, como vimos atrás, as características do documento são a sincronia e a estabilidade), a materialização da informação é incontornável, não fazendo sentido, como salientou Jeanneret, falar ou pensar sequer em “desmaterialização” da informação. Mas, é preciso ter cuidado com a afirmação “extremista” de McLuhan “a mensagem é o meio”, ou a visão culturalista francesa: o meio (o suporte) molda a mensagem, condiciona-a, obrigando à escolha do código – se tenho um gravador à minha frente não vou usar a língua escrita, mas, a palavra falada ou a oralidade -, no entanto a dissociação do conteúdo do continente é sempre possível e mais que possível, é inevitável!... Negar isto equivale a não perceber que o documento é um produto derivado de, pelo menos, duas ordens fenoménicas distintas: a simbólica, a intelectual, enfim, a informacional, e a material, a natural (relacionada com Natureza). Continuo, por isso, a considerar o documento um epifenómeno. E ao ter esta dupla raiz fenoménica, transcende a estrita dimensão informacional e cabe numa dimensão mais ampla e profunda, que é a cultural (MORIN, 2003: 159).

Esta subtil distinção fenomenológica, que tem uma perceptível implicação ontológica, na medida em que a “capacidade informacional” inscreve-se na essência do ser, não interessa ao informático, e até pode não interessar ao sociólogo ou ao historiador, mas são cruciais para que o cientista da informação investigue a tensão comunicativa que resulta de dois fatores complementares: a tensão resultante da inscrição numa determinada “base material”, moldando-se a ela, e a tensão sempre presente na dinâmica interação/partilha de sentido (informação), ocorrida entre os comunicantes.

4. Da informação à comunicação, o “docmedia”...

Chego ao último ponto deste ensaio analítico-crítico, com o objetivo de completar a formulação da proposta alternativa, que vem sendo desenvolvida e ensinada na Universidade do Porto, tanto no plano epistemológico, como no prático e aplicacional. Uma proposta que não faz, desde o seu início, tábua rasa de todas as contribuições e debates que na área profissional e disciplinar da biblioteconomia, da documentação e da arquivística

foram sendo acumuladas, incorporando idéias e princípios que mantêm toda a validade e pertinência. Mas, também, é uma proposta que visa superar impasses, contradições, equívocos e reducionismos, patentes na resenha “arqueológica” que preenche uma parte substancial deste artigo.

Paul Otlet e La Fontaine foram inovadores e, sem se colocarem fora do paradigma custodial, patrimonialista, historicista, em que haviam sido moldados, tiveram o ensejo de acrescentar a componente tecnicista (que alguns antes desenharam e outros depois aprofundaram) a esse modo de ver preservacionista, ideológico (nacionalista) e instrumental, semeando, assim, o gérmen da lenta corrosão desse mesmo paradigma e preparando, de dentro, a sua substituição... A sua aposta incidiu, ousadamente, na ênfase do acesso fácil ao documento e à respetiva informação – no *Mundaneum*, esse espaço visionário que tinha a mágica função de classificar o Mundo, não era imprescindível que entrassem todos os documentos publicados em qualquer latitude e longitude, mas tinha de haver uma ficha de 7x12 cm, com a referência bibliográfica e correlata classificação temática, ou seja, a indicação informacional mínima e necessária, para que se soubesse que algures fora publicada ou tornada pública. E, além disto, merece nota a amplitude semântica dada ao conceito de documento, ampliando-se, assim, o objeto de estudo da Documentação (ciência).

A publicação do tratado da documentação comportou uma intenção de afirmar académica, científica e profissionalmente uma disciplina, mas deixou no ar a ambiguidade que, como vimos ao longo da “resenha arqueológica” traçada, ficou pairando até hoje: estaríamos perante uma nova profissão/disciplina (outra questão subjacente: disciplina científica e atividade profissional são simétricas e correlatas? Ou são não coincidentes?) ou, pelo contrário, ela aparecia como uma renovação da bibliotecologia/biblioteconomia? O *Traité* não esclarece isto, assim como não esclarece mas, deixa que se infira a possibilidade de a disciplina Documentação ser, afinal, o “cadinho misturador” da Biblioteconomia, da Arquivística/Arquivologia e da Museologia... O seu subtítulo, algo contraditório com os lanços mais pioneiros e avançados da obra, – “o livro sobre o livro”, – talvez tenha inspirado o “lema”, que teve grande acolhimento, nomeadamente em Espanha, e o vemos repisado na obra de Jose López Yepes, da Documentação, como a “ciência para a ciência”.

O debate epistemológico pós-otleano, até e depois da “revolução informacional”, que adveio com a II Guerra Mundial (1939-1945) e com a “Guerra Fria” (1945-1991), foi marcado pela vertente profissional e tecnicista, patente nas disciplinas oitocentistas criadas e

consolidadas na órbita da História, da Filologia e da Literatura Clássica e Erudita, com destaque para a Biblioteconomia e a Arquivística (mais a Diplomática e Paleografia, a Codicologia, a Sigilografia, a Numismática...), a que viria a somar-se a proposta da Documentação, como que se tratasse de um novo fôlego agregador (na Bélgica, na França ou em Espanha a formação de documentalistas foi incorporando, também, a preparação mínima para que desempenhassem funções não apenas em Bibliotecas e Centros de Documentação, mas em, por exemplo, arquivos de médias e grandes empresas) e, ao mesmo tempo, de uma potencial e irreversível fissura no paradigma custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista (séc. XVIII-XX – SILVA, 2006: 19-20; SILVA; RIBEIRO, 2012: 111-124).

Uma fissura por causa do apelo explícito e implícito ao acesso à informação, pela atenção que deveria ser prestada ao utilizador e pelo refinamento das técnicas de descrição (referência bibliográfica e catalogação) dos documentos e de classificação (aposta na CDU) dos respetivos conteúdos. Toda a tecnologia analógica, posta no terreno pela Europa, pela América e por outras partes do Mundo, fez o trilho que a automatização/informática haveria de prosseguir e ampliar de forma acelerada e exponencial, como estamos a assistir.

Não se pode, porém, dizer que o referido debate tenha sofrido uma imediata clarificação. A tensão entre tecnicismo profissional e problematização teórica/científica foi-se intensificando e, como vimos através da revisão de literatura condensada por López Yepes na sua *Teoría de la Documentación*, o legado prático, ou seja, a ideia de uma disciplina ao serviço do conhecimento científico e da cultura erudita (literária e humanista) enraizou-se e espalhou-se, abrangendo tanto a *Information Science* norte-americana (LILLEY; TRICE, 1989; LINARES COLUMBIÉ, 2005), como a *Informatika* soviética (Mikhailov, Chernyi e Gilyarevskii), surgidas, como se viu atrás, na conjuntura da Guerra Fria. A *IS* e a *Informatika* manteriam o mesmo objetivo, a mesma missão, embora profundamente ancoradas na automatização/informatização e, apesar, da definição abrangente e programática de CI, formulada na sequência das Conferências realizadas no *Georgia Institute of Technology*, entre outubro de 1961 e abril de 1962, retomada e retocada por Harold Borko, em 1968. Uma definição, impregnada da conjuntura de confronto tecnológico desses agitados anos sessenta, que ficou pairando num certo limbo teórico, de onde irradiou, pontualmente, como fonte inspiradora. Yves-François Le Coadic inspirou-se nela quando produziu no

âmbito das CIC francesas o seu *abrégé* de 1994. A CI, que há mais de dez anos segue seu percurso em Portugal, incorporou-a no seu ADN trans e interdisciplinar...

Importa, por isso, enfrentar a questão: de que falamos quando falamos de CI? Parece que falamos de realidades diferentes e até antagónicas: falamos de disciplinas diversas, de conceções e paradigmas subjacentes de recorte oposto; e falamos, também, de uma transdisciplina, com unidade epistémica e perfil metodológico, capaz de se reclamar ciência social aplicada...

Para melhor se entender tão prolongado e generalizado dissenso, costumamos arrumar a “discórdia” em duas tendências, que se confrontam e agem em tensão: a cumulativa e a evolutiva.

A primeira consiste na existência de um conjunto de disciplinas práticas, referidas supra, profissionalmente bem definidas e bem afirmadas, através de mecanismos corporativos, às quais os seus praticantes conferem, facilmente, autonomia disciplinar e cientificidade, ainda que a legitimando com argumentos relativistas, nomeadamente a diluição de fronteiras essenciais entre senso comum e atividade científica. Wersig, autor alemão, deu, na década de oitenta do séc. XX, forte e muito citado respaldo à tendência cumulativa, com o argumento da pós-modernidade e a ideia de que a CI se fundava na interdisciplinaridade de dentro para fora – seria estruturalmente uma “interdisciplina” e, neste sentido, melhor lhe caberia o rótulo de “Estudos de Informação”, entretanto bem difundido no universo académico do Canadá e dos EUA.

A segunda, ainda claramente minoritária, consiste em reconhecer no processo de génese e evolução até à atualidade/, das disciplinas prático-profissionais acima referidas, a existência de uma dinâmica paradigmática que culminou, na segunda metade do séc. XX, numa transição de paradigmas, bastante complexa e morosa, que ainda decorre e não tem desfecho imediato. Ao longo do paradigma ainda dominante – o custodial, historicista, patrimonialista e tecnicista – as disciplinas surgiram, de início, interligadas em torno da tutela da História e de noções ideológicas como a de património e cultura erudita; depois, no virar de oitocentos para novecentos, deu-se a especialização profissional e a fragmentação disciplinar, em nome de uma autonomização essencialmente técnica: o tratamento, conservação e descrição dos “documentos de arquivo” passaram a diferenciar-se mais clara e justificadamente do modo como deveriam ser encarados, catalogicamente, os

documentos bibliográficos e o “material não livro” (SILVA, 2006: 19-20). Na base deste desenvolvimento, está o senso comum, ou seja, o modo como pelos sentidos se percebem diferenças entre os artefatos que são objeto de custódia ou guarda e de identificação técnica, para mais facilmente serem localizados e recuperados. Perante isto, a tendência evolutiva sinaliza que a revolução informacional em curso, associada a todas as alterações estruturais, que nos permitem dizer, com Manuel Castells, termos entrado num novo ciclo de longa duração, na nova Era da Informação (CASTELLS, 2002-2003), está a causar impacto em tudo e também na área da documentação/informação, gerando condições objetivas para a mudança de paradigma. A emergência do paradigma pós-custodial, informacional e científico (SILVA, 2006b: 21-22) legitima que ocorra uma evolução natural das referidas disciplinas prático-profissionais, no sentido de se interpenetrarem ativamente, alcançando, em conjunto, um estágio epistemológico novo – a transdisciplinaridade. O resultado desta evolução paradigmática consiste numa CI diferente da *Information Science* e da *Library and Information Science*, réplica anglo-americana da Documentação otletiana. E é diferente na medida em que se constitui, integrando os contributos práticos e teóricos da Arquivística, da Biblioteconomia, da Documentação e da *Information Science*, em vez de ser mais uma a par de outras.

A Museologia ficou excluída do projeto de Licenciatura em Ciência da Informação, implementada na Universidade do Porto pelas Faculdades de Letras e de Engenharia, a partir do ano letivo de 2001-2002 – SILVA; RIBEIRO, 2002: 80; posição que começa agora, finalmente, a ser profundamente revista. Esta CI, alcançada por meio de um processo evolutivo, é “*uma ciência social [aplicada] que investiga os problemas, temas e casos relacionados com o fenómeno info-comunicacional perceptível e cognoscível através da confirmação ou não das propriedades inerentes à génese do fluxo, organização e comportamento informacional (origem, colecta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação)*” (SILVA, 2006b: 140-141).

Nesta definição emerge, com clareza, o objeto construído, uma construção com raízes na realidade, ou seja, no fenómeno info-comunicacional que comporta propriedades universais⁴, que acabam confirmadas, ou não, pelo paciente e contínuo processo científico de indagação sistemática. E se pode ir um pouco mais adiante, mapeando três grandes áreas temáticas/problemáticas, constitutivas do objeto da CI: a produção ou génese do fluxo info-comunicacional; a organização e recuperação da informação; e o comportamento informacional (as necessidades e o uso da informação). Transversal a todas elas e configurada como zona de confluência de outras disciplinas e saberes, a gestão de informação é um espaço de aplicação, para o qual a CI contribui com aporções teóricas importantes, e do qual se apropria tanto quanto lhe é possível no plano profissional, porquanto o gestor de informação, herdeiro das práticas arquivísticas, biblioteconómicas e documentalistas e detentor de competências informáticas fortes, acaba sendo a face prático-profissional atual de um cientista da informação (SILVA, 2009) (SILVA, 2012: 28-30).

Temos, assim, uma CI trans e interdisciplinar com um objeto próprio – a informação -, potenciadora de comunicação através da materialização inevitável em ambiente humano e social, ou seja, através do documento. Daí a importância de haver uma definição operatória que se mantém vigente:

Informação: *Conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interação social, passíveis de serem registadas num qualquer suporte material e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direccionada.*(SILVA, 2006, p.150; DeltCI).

⁴ Em 2002 foram elencadas seis propriedades: *estruturação pela acção (humana e social) – o acto individual e/ou colectivo funda e modela estruturalmente a informação; integração dinâmica – o acto informacional está implicado ou resulta sempre tanto das condições e circunstâncias internas, como das externas do sujeito da acção; pregnância – enunciação (máxima ou mínima) do sentido activo, ou seja, da acção fundadora e modeladora da informação; quantificação – a codificação linguística, numérica ou gráfica é valorável ou mensurável quantitativamente; reprodutividade – a informação é reprodutível sem limites, possibilitando a subsequente retenção/memorização; e transmissibilidade – a (re)produção informacional é potencialmente transmissível ou comunicável* (SILVA, RIBEIRO, 2002: 42).

Nesta definição está patente a valorização do psiquismo humano⁵ e do contributo valioso das Ciências Cognitivas, centradas no estudo da cognição e do seu estreito enlace com a emoção, a ponte com a interação humana e social, que o conceito de comunicação consubstancia e que, não se confundindo com informação, embora haja autores que têm aceite essa ardilosa confusão, ou nela caído, é, sem dúvida, intrinsecamente complementar.

⁵ Raymond Ruyer (1902-1987), filósofo francês pouco conhecido entre nós, deu especial ênfase à informação psicológica que prevalece sobre a física. Tendo começado, com a sua tese de doutoramento apresentada em 1930, por lançar-se na tessitura de uma vasta filosofia do mundo, passando pouco depois, em 1937, com a publicação de *La conscience et le corps*, a interessar-se pela análise da relação entre a consciência e o organismo, debruçou-se, em particular, sobre a sensação visual. Isto é considerado um ponto de viragem na sua obra, operando uma distinção radical entre as estruturas mecânicas (físicas) e aquilo que ele passou a designar por “formas verdadeiras”. Ponto de viragem e embrião da filosofia da informação ruyeriana, tal como ele a expôs em 1950, após os trabalhos de Claude Shannon/Warren Weaver e de Norbert Wiener: a “forma verdadeira” de 1937 converte-se naturalmente em informação psicológica ou quase-informação, descrita no livro *La cybernétique et l'origine de l'information* (RUYER, 1954) e esta matéria será desenvolvida em obras posteriores especialmente *Paradoxes de la Conscience et Limites de l'Automatisme* (RUYER, 1966). As “estruturas mecânicas” passam a receber o nome de informação física. Ruyer ergueu, assim, uma revisão/releitura profunda e bem articulada dos pressupostos mecanicistas da teoria matemática da comunicação (Shannon e Weaver) e da cibernética (Wiener). Mas, essa releitura não teve, infelizmente, a força suficiente para se impor e urge, por isso, que seja recuperada e enfatizada, tendo em conta o seu valor e pertinência. Daí o mérito de Sylvie Leclerc-Reynaud (2006: 67) ter recuperado o pensamento de Raymond Ruyer, tendo em vista uma documentação criativa. O livro dessa documentalista francesa, formada, também, em filosofia, esteve para ser sumariado no primeiro item do presente ensaio, mas dado que nele se opera a redescoberta do filósofo Ruyer e seu contributo impactante na área da documentação, através da distinção radical entre informação física e informação psicológica, entendida como “sentido”, entendi não dever separá-los de uma análise que tem de ser conjunta e que aparecerá em próximo artigo. Uma primeira referência minha a estes Autores pode-se ver em SILVA, 2009: 30-32)

Comunicação: processo de transmissão de informação entre agentes que partilham um conjunto de signos e de regras semióticas (sintáticas, pragmáticas e semânticas), tendo por objectivo a construção de sentido. Sinónimo de interacção humana e social e pressupõe necessariamente informação sob a forma de mensagens ou conteúdos transmitidos, partilhados, em suma, comunicados (SILVA, 2006, p.143; DeltCI)

Informação e comunicação são dois conceitos operatórios que servem para designar e compreender um fenómeno humano e social, que consiste na capacidade inata e adquirida de “dar forma” (ideias, sensações, emoções, etc.) e de interagir com outro(s) ou de “tornar comum” aquilo a que se deu forma (SILVA, 2006, p.81-109). Informação é, assim, sinónimo de *conhecimento* (explícito) e de *dado* (qualquer representação codificada por mais ínfima que seja) e contrapõe-se a *cognição* (conhecimento implícito ou tácito e definível como função que realiza o conhecimento, material, porquanto determinada, fisiologicamente, pelas estruturas e pelos modos de funcionamento do cérebro – TIBERGHIEU, 2002: 71) e, também, a *dado*, entendido como impulso físico ou natural.

Entre a informação e a comunicação situa-se o documento e com ele uma questão crucial neste ensaio. Pode mesmo dizer-se clássica e parece-me interessante recuperá-la, por exemplo, num texto oitocentista de um vulto das letras e do pensamento português, Antero de Quental, um dos famosos palestrantes das célebres Conferências do Casino, proibidas por um governo da Monarquia Constitucional (1834-1910). A conferência de Antero foi a segunda a ser proferida no dia 27 de Maio de 1871 e intitulada *Causas da decadência dos povos peninsulares nos três últimos séculos*. Publicada ainda nesse mesmo ano, saiu com uma *Advertência*, em que se lê: “*As ideias e os factos citados são rigorosamente os mesmos: é igualmente a mesma ordem de dedução. O estilo é que é, nem podia deixar de ser, diverso: fala-se dum modo e escreve-se doutro. O essencial é que se não alterasse o pensamento, e a isso se atendeu escrupulosamente*” (QUENTAL, 2010). A questão essencial tem a ver com a estruturação da informação, ou do conteúdo, e importa saber se ela é afetada pelo meio e pelo suporte usados na sua materialização e comunicação. E esta questão tem um nexos com o problema levantado no famoso diálogo de Fedro com Sócrates, escrito por Platão, a respeito dos graves inconvenientes da invenção da escrita: ameaçava a capacidade de memorização dos jovens e para onde fosse o texto escrito, ao ser lido, não podia defender-

se de dúvidas e equívocas interpretação, precisando sempre da ajuda de seu “pai”, ou seja, do autor/escritor do texto.

Vimos atrás as quatro leituras possíveis desse diálogo, recenseadas por Jeanneret, e convém, agora, traçar a linha da convergência e da divergência com a perspectiva desse autor, que é também a perspectiva de toda uma “escola” – a das SIC francesas.

Na definição de informação, acima exposta, está implícita a complexidade do fenómeno humano e social a que ela se reporta, que não cabe, por isso, nas expressões *objetos culturais* e *práticas culturais*. O conceito de cultura (essencial no argumentário de Jeanneret), por mais rica a aceção que lhe ande associada, não captura, como me parece necessário, a dimensão psicossomática, que dá substrato à capacidade humana (individual e em coletivo) de gerar representações cognitivas e emocionais codificadas, daí que os especialistas em sociologia e história da cultura viram a necessidade de acrescentar ao termo cultura o de mentalidade – “cultura e mentalidade” tornou-se um tópico em que os hábitos, as práticas socioculturais e as motivações mais profundas, as idiosincrasias, subjacentes a esses hábitos e práticas, apareciam como objeto de indagação e explicação científicas. Esta é uma limitação do conceito, embora Jeanneret e todos os autores que adotam a mesma postura teórico-prática não a sintam como tal, subsumindo o psíquico no cultural, sem receio ou qualquer dúvida metódica. No entanto, ao abordarmos a complexidade, patente na definição operatória de informação, as distinções são indispensáveis.

As representações formam-se no cérebro, de um modo que se acha há muito consagrado no senso comum, através dos verbos pensar, perceber e conhecer. Se pretendermos ser mais completos na explicação, poderemos dizer que elas se formam na mente, uma vez que o sujeito sofre e reage a estímulos exteriores e, ao representar algo que percebeu ou sentiu, recorrerá a um código, como é, desde logo, a língua falada e escrita e esse código é um produto social adquirido/aprendido por toda e qualquer pessoa. E esta, enquanto representa (pensa, percebe ou conhece), é diretamente afetada pela situação, pelo contexto e pelo meio ambiente mais amplo em que está inserida, mas, pode ainda não estar condicionada pelo meio/canal – se apenas lhe basta a oralidade, para expressar a informação mentalmente elaborada, ela adequará a representação ao meio-fala, porém se tiver de escrever (motivo interno ou externo pode levá-la a isso), adequará a representação à escrita com suas exigências de algum rigor gramatical e de encadeamento, para que o

sentido possa ser captado pelo recetor. É, pois, indesmentível, e atinge-se isto através do senso comum, que a informação tem de se adequar ao meio básico – fala ou escrita – e a adequação complexifica-se se entramos no leque dos media ou meios de comunicação social de massas – a rádio, a televisão, o cinema, a internet... Neste ponto não há divergência alguma com o postulado por Jeanneret.

A divergência essencial tem a ver com a fase informacional que está a montante do documento e que descrevi acima: se adotarmos a posição de que a informação, só é pensável como objeto de pesquisa da CI, quando se materializa na relação do sujeito/emissor com os outros sujeitos, o que se passa no cérebro e na mente não é relevante; e, aí, o documento, assumido como objeto cultural, torna-se o verdadeiro objeto de estudo e base da comunicação. Mas, se tivermos em conta os ensinamentos, cada vez mais recentes das Ciências Cognitivas e das Neurociências, o que existe a montante do documento condiciona-o radicalmente. E a um binómio incompleto documento e comunicação, temos de acrescentar a informação, formando o trinómio incontornável: informação + documento + comunicação. O trinómio não exclui, aliás, o documento, nem lhe retira importância, mas, exige que saibamos reequacionar as novas características e funções dos termos implicados.

Quando por via técnica e tecnológica, registro, isto é, inscrevo algo de mental e codificado numa substância material externa, estou a produzir um documento. E se formos buscar o exemplo famoso do antílope de Suzane Briet, a sua deslocação para um zoo, não o converte em documento e, depois de morto e embalsamado, pode ainda não ser um documento, porque, para o ser, a função inscriciva tem de acontecer de uma de duas maneiras possíveis: modificando a forma do antílope, aproximando o processo de embalsamar de um ato escultural (a escultura, um desenho ou uma pintura do antílope é claramente um documento); ou escrever um nome, ou deixar quaisquer elementos figurativos no dorso do antílope. Isto significa que para haver documento tem de haver, em primeiro e imprescindível lugar, uma representação codificada do “pai”, autor ou emissor; o que um recetor, ou um sujeito que observe qualquer documento é capaz de representar, ou seja, de produzir informação a respeito é secundário, no sentido de que vem depois e não é condição nem necessária, nem suficiente para dar existência ao documento. Dois exemplos para que esta perspetiva fique o mais clara possível: uma cadeira é documento não por ser exposta numa sala de museu e aí suscite impressões, associações, enfim, a génese de informação na

mente do visitante, mas, porque ela contém informação como artefato que é concebido e construído a partir de um mentefato (uma representação formalizada em projeto de *design* da cadeira); e um livro em papel consegue ser um documento denso, porque enquanto artefato foi construído a partir de uma “ideia”, que nele se consubstancia, e contém informação nele inscrita através do processo de impressão, sendo que esta informação é uma representação mental e emocional, codificada (em português, espanhol francês ou inglês) e destinada a ser comunicada pelo artefato livro.

Temos, assim, uma noção operatória de documento ampla, que pode ser confrontada com a noção de semióforo de Pomian, abordada atrás, e que permite inserir a museologia no seio do debate epistemológico da CI. Mas, esse é um desiderato que sai fora deste ensaio... Uma noção útil e subsistente, com adaptações no arsenal teórico-metodológico do cientista da informação. O documento não morreu apesar de a informação estar a tornar-se, por força da revolução tecnológica em curso, o objeto central de estudo de documentalistas, bibliotecários e arquivistas. E não morreu, nem é expectável que morra, porque a comunicação perdurável e extensível da informação não se faz sem um artefato específico que possibilite a junção das duas funções - a inscritiva e a transmissora. Não se faz, em suma, sem a presença do documento.

Ao nascer o documento (a invenção da escrita referida no Fedro de Platão é, também, a invenção do documento escrito), o autor/criador esconde-se atrás da coisa criada, mas mais grave, na argumentação de Sócrates, separa-se da coisa criada e esta fica “órfã” do “pai” e incapaz de se “explicar bem” a quem a interpele (ou simplesmente a leia). Sofre usura, o sentido “congela” e é passível das mais inesperadas apropriações/interpretações, mas ele vive no documento. Dito de outro modo: todo o documento transporta fisicamente informação destinada a ser absorvida pela mente de uma quantidade indeterminada de pessoas.

E continua a ser assim? Na Era da Informação ou Era Digital em que estamos imersos, podemos dizer que qualquer plataforma digital é o documento pelo qual se torna possível a comunicação de qualquer informação? A resposta a estas perguntas fecha este longo ensaio e visa provocar um debate rico e à altura do desafio posto pelo impacto das TIC à noção de documento.

Uma resposta, desenhada a partir do campo da CI, e não das Ciências da Computação ou da Informática: o *locus* de partida condiciona objetivamente. Para um informático, a pasta é *file*

aberto(a) para inserir documentos *Word* ou tabelas *Excel* e a palavra documento restringe-se “à página” preenchida com texto visualizado no ecrã... Para o informático, esta simplificação serve, e qualquer utilizador a percebe e a manipula, sem precisar de aprofundar o que está por trás do que se visualiza no ecrã. Pode dizer-se que a noção de documento se reduz a uma função técnica precisa e não surpreende, por isso, que o mesmo informático tenha sentido a necessidade de achar outros conceitos que explicassem um pouco mais o *modus operandi* e daí surgir o “objeto digital”, atrás analisado. Noções e conceitos que respondem à lógica e às necessidades sentidas por quem concebe e constrói a tecnologia de suporte, mas que não podem satisfazer quem lida com o fenómeno info-comunicacional em toda a sua complexidade.

Na ótica da CI, o conceito de documento continua a fazer falta e a servir para representar algo real e concreto, mas em mudança rápida. Documento não é a página *Word*, que visualizamos no ecrã do portátil, do *tablet* ou do *smartphone*, mas a informação humana e socialmente produzida e partilhada (seja falada ou escrita numa língua, fotografias, desenhos, etc.), inscrita num dispositivo através de plataforma digital. Um portátil, ou um telemóvel sem software consegue ser um documento, porque enquanto artefato resulta de um mentefato, ou seja, de uma ideia trabalhada pelo *Design* e convertida num produto utilizável. Contudo, só será documento se nele se puder exercer a função inscritiva e a transmissora de informação, entendida esta como “conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas”, o que significa que esses dispositivos têm de estar agregados a plataformas digitais – uma variedade de plataformas, a começar desde logo pelo sistema operativo. Percebe-se, aqui, uma complexificação imediata: um documento e dois tipos diferentes de conteúdo informacional, na medida em que a informação contida em qualquer tipo de artefato (um livro-objeto encadernado ou brochado com cadernos de folhas de papel, uma cadeira em madeira ou metal, um armário, uma bicicleta, etc.) é inscrita de maneira diferente da informação codificada por palavras, imagem, gravação áudio-visual numa superfície analógica ou digital. Na terminologia consagrada sociologicamente e usada com desenvoltura por Yves Jeanneret, como vimos atrás, livro, cadeira, armário ou bicicleta são, abrangentemente, considerados “objetos culturais”. Mas, para mim, esta expressão é demasiado abrangente e, por conseguinte, superficial: não identifica o que há de denominador comum entre eles (a informação diferentemente codificada) e o que funcionalmente (finalidade do uso e suas práticas) os distingue. E não é

apenas essa expressão que me parece insuficiente, mas, a própria “razão cultural”, em que Jeanneret e o sociologismo das CIC francesas fundam o essencial do seu argumentário.

Se, entretanto, excluirmos o suporte tradicional e tivermos em conta apenas a plataforma digital, seja de que tipo for processada, não importa em que dispositivo, desde que hiperconvergente (exemplo: um *smartphone* que funcione como telefone, emissor/recetor de mails, máquina fotográfica, gravador áudio, “leitor” de músicas descarregadas via internet, etc.), deparamos um detalhe surpreendente, aparentemente discreto, mas perturbador: o documento é meio e o meio ou média é documento. Estamos, assim, perante o que passo a designar por **docmedia**. E, se esta formulação estiver correta, como me parece, a CI terá de passar a integrar, no seu arsenal teórico, esta aportação conceitual, discutindo-a e testando-a sem limites.

O **docmedia** resulta da possibilidade tecnológica de criar dispositivos ajustáveis a plataformas, que disponibilizem e combinem, ou articulem, entre si, as funções inscriteiva e transmissora. Exemplifico: através do Skype, instalado num computador fixo ou portátil, ou num *tablet*, pode ocorrer uma conversa entre duas (com imagem em tempo real) ou mais pessoas (áudio), servindo essa plataforma digital de transmissora da informação sem registo ou gravação, mas esta é uma possibilidade tecnologicamente concebível, sendo certo que se a conversa for escrita, na função disponibilizada para esse efeito pelo Skype, ela é inscrita e preservada nos servidores, podendo ser recuperada desde quando ocorreu a primeira (podemos estar a falar de anos), sem que seja fácil modificar o seu teor. A conversação escrita por Skype fica, assim, documentada, ou seja, o Skype serve para o exercício pleno da função transmissora e permite, também, a inscriteiva, o que mostra como um meio ou media, estruturalmente como tal, é, por efeito da extraordinária convergência que marca a essência da revolução tecnológica atual, um *docmedia*. Meio e documento juntos para sempre...

Dou o exemplo do *Skype*, e não das famosas “redes sociais”, onde relevam o *facebook* ou o *twitter* (que está a suplantar o uso de *blogues*), e da televisão digital interativa ou da webradio, porque, especialmente aquelas plataformas não suscitam já tantas dúvidas quanto à sua condição documental: nasceram com a função inscriteiva associada a uma boa função transmissora, mas desde a origem disponibilizaram e atraíram os utilizadores por permitirem a “postagem” (inscrição) de fotografias, mensagens curtas, e reações imediatas a “postagens” dos “amigos” ou “seguidores”, que entram no “espaço privado-público” do titular da conta (uma pessoa ou entidade) e deixam aí a sua informação. São, naturalmente,

docmedias, mas só aos poucos é que nos surpreendem com a ativação conjunta e alternada das duas funções. A este propósito, vale a pena notar que o *Google* agregou ao seu correio-eletrónico *Gmail* a funcionalidade “conversas-rápidas”, que são possibilitadas a partir do momento em que surgem no canto inferior direito os contatos (remetentes e destinatários de *mails*) que, naquele instante estão ativos, e podem ser interpelados por escrito, ficando registo da troca de palavras ocorrida. E há ainda, complementarmente, a possibilidade de enviar mensagens instantâneas, quando o receptor está *off line*, e as receberá quando se conectar, sendo que, ao abrir a plataforma, há um aviso de que foram deixadas enquanto o receptor estava *off line*.

O **docmedia** é apenas digital e é uma realidade em evolução. Ele inclui o documento produzido e preservado digitalmente, isto é, toda a plataforma contendo informação ativa ou desativada. Um interessante exemplo de plataforma digital, que permite aceder a plataformas extintas, mas acessíveis, é o Arquivo da Web Portuguesa⁶, em cuja página inicial se lê “*Pesquise e aceda a páginas do passado. Veja ou reveja páginas que já desapareceram. São mais de 1000 milhões arquivados entre 1996 e 2011 que estão ao seu dispor*”, uma iniciativa pública do Estado português, através da FCCN – Fundação para a Computação Científica Nacional, entretanto integrada na FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia. Uma iniciativa que mostra como o conceito de documento permanece útil e vivo, imprescindível, e que todo o **docmedia** pode e deve ser, tecnologicamente, preservado, deve constituir-se na memória coletiva e externa a cada pessoa, memória essa que começou com as gravuras rupestres e depois, de forma mais acabada, com a escrita.

As plataformas digitais ou os medias digitais⁷ cabem plenamente dentro do conceito de **docmedia**, o seu estudo passa a congrega questões que não podem andar mais repartidas por especialistas e discursos isolados ou isolacionistas. O dinamismo da informação é, hoje,

⁶ Disponível no url: <http://www.arquivo.pt/> Acesso a 15 janeiro 2013.

⁷ Genericamente o termo refere-se a qualquer media que utiliza um computador ou equipamento digital para criar, explorar, finalizar ou dar continuidade a um projeto que tem como suporte a internet, comunicação *on line* ou *off line*, produções gráficas, videogames, conteúdos audiovisuais, etc, e opõe-se às *medias* analógicas.

Disponível em Wikipédia: http://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%ADdias_digitais#Exemplos Acesso em 15-1-2013.

um fato indesmentível, e o fenómeno infocomunicacional obriga a que percebamos as assimetrias e a profunda complementaridade entre o ato informacional e o ato comunicacional. O elo entre os dois reside no ato documental que hoje é manifestamente complexo, por força da tecnologia digital transversal a todos os setores e níveis da vida humana e social. O **docmedia** incorpora, por isso, as velhas questões da Diplomática sobre a unicidade, a autenticidade e veracidade do *diploma* ou da *charta* político-jurídica, integrando-as num debate diferente, porque a questão de fundo, que se punha na informação inscrita em pergaminho ou em papel, era a de saber se podia ser garantida como autógrafa (e não apócrifa), autêntica, inscrita num único suporte, que seria o original, e em momento algum modificada. As assinaturas, os selos apostos ao pergaminho, ou ao papel, e os cofres com várias chaves dificultavam a falsificação documental, mas ela aconteceu muitas vezes. Hoje a questão é mais séria e grave – e é formulada como deve ser, ou seja, como uma questão de “segurança da informação” - porque a tecnologia digital foi concebida para produzir e comunicar informação, mais facilmente que para preservá-la. A ideia de cópia suplanta e secundariza enormemente a preocupação antiga com o original. O mesmo suporte, onde sou capaz de memorizar informação, serve tanto para a transmitir, sem que tenha de a inscrever ou gravar, como para a transmitir e inscrever, ou gravar em simultâneo. Diante destas possibilidades, não desaparece, na ótica de um jurista, o valor probatório documental, mas complexifica-se imenso e, mais importante, na ótica da CI, do que esse valor criado pelos juristas para regular e dirimir a conflitualidade social dos interesses vários e antagónicos, há que refletir e investigar sobre um valor que se impõe cada vez mais - o da evidência da informação⁸.

A agenda de pesquisa centrada no documento não se pode, pois, dizer que esteja em crise ou em vias de desaparecer. Bem pelo contrário, ela amplia-se e abre-se a novas e múltiplas indagações capazes de perscrutarem horizontes inusitados de uma antiga problemática, inesperadamente renovada nos tempos de viragem e de vertigem em que vivemos.

⁸ Foi concluída há pouco uma tese inserida no programa de doutoramento conjunto das Universidades do Porto e de Aveiro, Informação e Comunicação em Plataformas Digitais – ICPD, intitulada *Modelo de evidência da informação em plataformas digitais: estudo exploratório no âmbito da Ciência da Informação* (2012) pelo Mestre Moisés Rockembach, que dá um primeiro e estimulante estímulo para a discussão e a modelagem deste problema.

5. Referencias Bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio (2007). *Qu'est-ce qu'un dispositif?* Paris: Éditions Payot & Rivages. ISBN 978-2-7436-1672-4.
- BÉNICHOU, Anne (éd.) (2010). *Ouvrir le document: enjeux et pratiques de la documentation dans les arts visuels contemporains*. [Dijon]: Les Presses du Réel. ISBN 978-2-84066-350-8.
- BRIET, Suzanne (1951). *Qu'est ce que la documentation?* Paris: Edit – Éditions Documentaires Industrielles et Techniques.
- CHATFIELD, Tom (2011). *50 digital ideas you really need to know*. London: Quercus Publishing. ISBN 978 0 85738 546 8.
- DELOCHE, Bernard (2002). *El museo virtual: hacia una ética de las nuevas imagenes. Prólogo de Régis Debray*. Gijón: Ediciones Trea. ISBN 84-9704-050-3.
- DESANTES GUANTER, José Maria (1978). Prólogo. In LÓPEZ YEPES, Jose (1978). *Teoría de la documentación*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, S.A. ISBN 84-313-0541-X.p. xvii-xxv.
- FERREIRA, Paulo (2006). *Tecnologias, informação e educação*. Porto: Instituto Politécnico do Porto.
- FOURASTIÈ, Jean (1963). *Le Grand espoir du XXème siècle.Édition définitive*. Paris: Éditions Gallimard (as anteriores edições da obra foram pela PUF e o primeiro esboço da obra saiu em artigo no *The Economist*, 9 agosto 1947).
- GLEICK, James (2012). *Informação: uma história, uma teoria, um dilúvio*. Lisboa: Círculo de Leitores.Temas e Debates. ISBN 978-989-644-172-2.
- JEANNERET, Yves (2007; 1ª ed. 2000). *Y-a-t-il (vraiment) des Technologies de l'information?* Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion. ISBN 978-2-75740-019-7.
- LECLERC-REYNAUD, Sylvie (2006). *Pour une documentation Creative: l'apport de la philosophie de Raymond Ruyer*. Paris: Association des Professionnels de l'Information et de la Documentation – ADBS. ISBN 2-84365-085-2.
- LE COADIC, Yves-François (1996). *A Ciência da informação*. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, ISBN 85-85637-08-0.
- LE COADIC, Yves-François (1997). *La Science de l'information. Deuxième édition corrigée*. Paris: PUF. ISBN 2-13-046831-9.
- LE GOFF, Jacques (1984). Documento-Monumento. In *Enciclopédia Einaudi: volume 1 – memória-história*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. p. 95-106.

- LEVIE, Françoise (2006). *L'Homme qui voulait classer le monde: Paul Otlet et le Mundaneum*. Bruxelles: Impressions Nouvelles. ISBN 2-87449-022-9.
- LÓPEZ YEPES, Jose (1978). *Teoría de la documentación. Prólogo de José M^a Desantes Guanter*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, S.A. ISBN 84-313-0541-X.
- LOJKINE, Jean (1999). *A Revolução informacional. 2^a ed.* São Paulo: Cortez Editora. ISBN 85-249-0554-9.
- MARQUES, Isabel da Costa (2008-2009). O Museu como sistema de informação. *Mvsev: publicação do Círculo Dr. José de Figueiredo*. Porto. 4^a série. 17. p. 267-290.
- MEIRA, Sílvia (2006). Museus virtuais: uma nova dimensão de divulgação de artes visuais? *Mvsev: publicação do Círculo Dr. José de Figueiredo*. Porto. 4^a série. 15.. p. 55-68.
- MEYRIAT, Jean; MIÈGE, Bernard (2002). Le Projet des SIC: de l'émergent a l'irréversible (fin des années 1960 – milieu des années 1980). In BOURE, Robert (éd.). *Les origines des sciences de l'information et de la communication: regards croisés. Ouvrage publié avec le concours de la Société Française des Sciences de l'Information et de la Communication (S.F.S.I.C.)*. Villeneuve d'Ascq (Nord): Presses Universitaires du Septentrion. ISBN 2-85939-745-0 p. 45-70.
- MATOS, José A. de (2009). *Dicionário de informática e novas tecnologias. 3^a ed. aumentada*. Lisboa: FCA-Editora de Informática, Ltda. ISBN 978-972-722-489-2.
- NORA, Pierre (1986). *Les Lieux de mémoire: II.2 – La nation; II.3 – La nation*. Paris: Éditions Gallimard.
- OTLET, Paul (1934; 1996). *El Tratado de la documentación: el libro sobre el libro, teoría y práctica. Trad. María Dolores Ayuso García*. Murcia: Universidad de Murcia. ISBN 84-7684-766-1.
- PINTO, Manuela Azevedo (2009). *Preservmap: um roteiro da preservação na era digital*. Porto: CETAC.Media; Edições Afrontamento. ISBN 978-972-36-1070-3.
- POMIAN, Krzysztof (1984). Coleção. In *Enciclopédia Einaudi: volume 1 – memória-história*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. p. 50-86.
- QUENTAL, Antero de (2010; 1^a ed. 1871). *Causas da decadência dos povos peninsulares nos três últimos séculos. Prefácio de Eduardo Lourenço*. Lisboa: Tinta da China. ISBN 978-972-8955-70-0.
- RODRÍGUEZ BRAVO, Blanca (2002). *El documento: entre la tradición y la renovación*. Gijón: Ediciones Trea. ISBN 84-9704~052-X.
- RUYER, Raymond (1954). *La Cybernétique et l'origine de l'information*. Paris: Ernest Flammarion.
- RUYER, Raymond (1966). *Paradoxes de la conscience et limites de l'automatisme*. Paris: Éditions Albin Michel.

- SILVA, Armando Malheiro da (2002). Arquivística, biblioteconomia e museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da ciência da informação. In FEBAB. *Integrar: 1º congresso internacional de arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus: textos*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, SP. p. 573-607.
- SILVA, Armando Malheiro da (2006). *A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: Edições Afrontamento; CETAC.COM. ISBN 978-972-36-0859-5.
- SILVA, Armando Malheiro da (2009). Informação e comunicação como projecto epistemológico em Portugal e no Brasil. In DUARTE, Zeny; FARIAS, Lúcio (org.). *A Medicina na era da informação: [atas do I Medinfor – Encontro Internacional em Medicina na Era da Informação, realizado em Salvador, Bahia, 2008]*. Salvador, Bahia: Edufba. ISBN 978-85-232-0633-8. p. 27-56.
- SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda (2002). *Das “Ciências” documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 972-36-0622-4.
- SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda (2010). *Recursos de informação: serviços e utilizadores*. Lisboa : Universidade Aberta. ISBN 978-972-674-672-0.
- SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda (2011). *Paradigmas. Serviços e mediações em ciência da informação*. Recife: Néctar. ISBN 978-8560323-33-3.
- SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda (2012). Documentation/information and their paradigms: characterization and importance in research, education and Professional practice. Knowledge Organization: international journal, 39, N. 2. ISSN 0943-7444. 111-124.